



# Câmara Municipal de Feira Nova

Casa José de Moraes Pereira



## AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE DISPENSA SIMPLIFICADA

OBJETO: Contratação de empresa objetivando o fornecimento de materiais de limpeza (domissanitários), para atender as necessidades da Camara Municipal de Feira Nova/PE

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021

Contratado: **MERCADINHO GONZAGAO LTDA**

CNPJ: 46.270.053/0001-23

VALOR PREVISTO: R\$ R\$ 11.375,68 (ONZE MIL TREZENTOS E SETENTA E CINCO E SESENTA E OITO CENTAVOS)

**AUTORIZO** o processo de contratação direta simplificada, por Dispensa de Licitação, com fundamentação legal no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 95 § 2º, da Lei 14.133/2021.

Processo de Dispensa de Licitação, dispensado a formalização do processo, tendo em vista tratar-se de contratação de pequeno valor, conforme art. 95, § 2º da Lei 14.133/2021.

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 11.981,20.

Para contratações mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 75, I e II da Lei 14.133/2021, do valor limite para dispensa de licitação, a Administração poderá adotar processo simplificado de contratação, sem a necessidade de autuação de processo de dispensa de licitação, nem apresentação de todos os documentos previstos no art. 72 da lei 14.133/2021.

Para fins do disposto no caput, na instrução do processo de contratação ficam dispensados os documentos previstos nos incisos I, II, III, VI, VII, do art. 72 da Lei 14.133/2021, devendo o processo ser precedido da verificação das condições de habilitação fiscal e trabalhista da empresa contratada, bem como análise da compatibilidade do objeto social da empresa com o escopo da contratação.



# Câmara Municipal de Feira Nova

PAG.

## Casa José de Moraes Pereira

Na contratação por dispensa de licitação nos limites instituídos no caput, a Administração deverá realizar a provisão de recursos orçamentários necessários atendimento do compromisso assumido, nos termos do art. 72, inciso IV da Lei 14.133/2021.

Toda a contratação nos termos do caput deverá ser precedida de autorização da autoridade competente nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei 14.133/2021.

A formalização da contratação prevista no caput poderá se dar por meio contrato em sentido estrito, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço

Todas as contratações que suplantarem o limite previsto no caput do presente artigo deverão ser realizadas por meio de processo de dispensa de licitação formal, que observe sempre que necessário o disposto no art. 72 da Lei 14.133/2021, podendo ser dispensados os documentos que não forem compatíveis com a contratação

Deve o departamento de contabilidade atentar para necessidade de verificação das condições de habilitação fiscal e trabalhista da empresa contratada, bem como análise da compatibilidade do objeto social da empresa com o escopo da contratação e emissão do termo de termo de contrato ou nota de empenho visando atender ao Art. 95 Caput da Lei 14.133/2021..

Cumpra-se,

Camara Municipal de Feira Nova-PE, 15 de março de 2024.

  
**JOSE ARAUJO LIMA IRMÃO**  
Presidente da Camara